

Orçamento de 93

Ao entregar ao presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, o projeto de lei do orçamento de 1993, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, colocou nas mãos dos parlamentares a necessidade inadiável de uma reforma fiscal, porque os técnicos do governo no projeto não alocaram recursos para fazer frente a duas grandes despesas que foram decididas com o apoio do Congresso Nacional: o pagamento dos 147% devidos aos aposentados e a isonomia salarial entre funcionários dos três Poderes.

Além disso, o Executivo deixou um espaço bem menor de manobras para os parlamentares que, no ano passado, chegaram a apresentar 72 mil emendas ao orçamento. Ou seja, cada senador ou deputado sugeriu, em média, 123 emendas. Este furor orçamentário se explica, em parte, porque o direito de os parlamentares modificarem o orçamento havia sido suspenso no regime militar. De qualquer forma, o número de emendas deve cair agora.

A saída mais fácil para pagar a isonomia e os 147% dos aposentados seria o remanejamento de recursos destinados a outros custos, mas acontece que o Orçamento de 93 tem 86% das receitas já vinculados. Assim, só resta mesmo o caminho da reforma fiscal. Caso ela não venha logo, técnicos do governo chegam a prever um colapso da administração pública.

A maior fatia do orçamento vai ficar mesmo para a Previdência Social, que receberá Cr\$ 43 trilhões de uma dotação de Cr\$ 538 trilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social. O Ministério da Saúde receberá Cr\$ 10,6 trilhões e o Ministério da Educação Cr\$ 6,2 trilhões.

Um dado bastante importante refere-se

às empresas estatais que, no próximo ano, terão de gerar recursos se quiserem investir. A Petrobrás e a Eletrobrás farão investimentos de Cr\$ 7,08 e Cr\$ 7,18 trilhões, valores bem inferiores aos registrados em 1992. A Eletrobrás fica em terceiro lugar, com Cr\$ 3,99 trilhões. Em face da escassez de recursos, estas empresas investirão prioritariamente em obras já em andamento.

A proposta de orçamento para 1993, como ressaltou o ministro Marcílio Marques Moreira, tem como principais características o realismo e a transparência, porque não prevê nem supervalorização das receitas nem cortes nas despesas.

Dentro deste realismo, enquadra-se o desafio aos parlamentares no sentido de gerarem os recursos destinados ao pagamento dos aposentados e da isonomia, calculados em cerca de 1,4% do PIB. O Congresso decidiu pelo pagamento dos 147% aos aposentados, bem como delegou poderes ao Presidente da República para alinhar os salários pagos aos funcionários dos três Poderes. Como não foi possível rebaixar os salários pagos aos milhares de funcionários do Legislativo e do Judiciário, o jeito foi elevar os vencimentos do milhão de trabalhadores da União, com a correspondente despesa.

Pelo que se viu ano passado, a atenção dos congressistas centra-se na tentativa de enfiar emendas no orçamento para beneficiar cidades onde têm base eleitoral. Nada mais válido que isso. No entanto, as 72 mil emendas apresentadas indicam claramente uma disfunção. O ideal é que a discussão seja centrada, por exemplo, nas percentagens destinadas à educação e saúde, que talvez pudessem ser aumentadas, porque, segundo um consenso nacional, estas duas áreas são verdadeiramente prioritárias.